

REPRESENTATIVIDADE SURDA E EXERCÍCIO SOCIAL¹

Laise de Jesus Leal Costa Sousa²

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa surgiu em observação à ausência de surdos com identidade política, especialmente no interior dos estados, resultando em queda considerável na qualidade do atendimento, falta de intérpretes nas escolas, inexistência ou omissão de participação social em locais de interesse público, como conselhos, câmaras, associação de moradores e sindicatos, entre outros. O objetivo da pesquisa, em andamento, consiste na análise da falta de representatividade surda utilizando como técnica a pesquisa bibliográfica e documental amparados teoricamente nas perspectivas dos estudos de educação, identidade e movimento surdo bem como na importância do empoderamento individual e coletivo.

Observamos que a identidade surda passou por períodos de grandes mudanças, nas quais em boa parte delas os surdos não tiveram direito a opinião, sendo caracterizados em dadas épocas como incapazes e desprovidos de pensamento (FERNANDES, 2011), até os nossos dias, onde o autoconhecimento os levou a exigir mudanças referentes ao significado de sua diferença.

Em vista disso, os movimentos surdos sugeriram da necessidade de revisão nas práticas institucionais de apoio ao desenvolvimento do mesmo. Os modelos anteriormente estabelecidos classificavam os surdos de acordo com o grau de perda auditiva e após as constantes manifestações do grupo, o termo “surdo” e as políticas dirigidas a eles passaram a levar em conta sua autorrepresentação, identidade e cultura (THOMA, KLEIN, 2010). Sobre isso, sabemos que o processo de construção de identidades sociais sofre, ao longo dos anos, uma série de enfrentamentos em busca de reconhecimento e ações que respeitem a dignidade dos grupos a que se remetem as políticas públicas nas quais eles são os beneficiários. (KLEIN, 2004). Consideramos que as mudanças na sociedade acontecem de maneira crescente, partindo do plano local e que a importância de ações locais se percebe no empoderamento de grupos minoritários, que aos poucos ganham uma identidade social e cultural, tornando-os experientes, conscientes e representativos. Partindo dessa estratégia, é possível que a realidade e as práticas sociais sejam alteradas e renegociadas, levando em conta as demandas de fato existentes entre eles (GOHN, 2004). Nesse respeito, a representação local dos surdos se evidencia por meio da associação de surdos, esta responsável pelas demandas surgidas com o fim de incluir e integrar o surdo (SKLIAR, 1998). E, é principalmente por meio das associações que eles têm acesso aos variados instrumentos de socialização e inclusão, além de cursos, intérpretes, instrutores surdos e direcionamento ao mercado de trabalho.

Nesse sentido, a comunidade surda, diante da cultura ouvinte e após sua história de repressão, necessita de um representante, identificado politicamente com as questões de seu grupo, esse, um surdo com identidade política, educado e consciente de suas diferenças individuais e coletivas. A ausência de um representante repercute no grupo de forma negativa,

¹ Projeto vinculado ao grupo de pesquisa NEPAS (Núcleo de Estudos de Participação Social) do IFPI, *campus Picos*.

² Especialista em Educação Especial e Inclusiva, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI, laise.leal@ifpi.edu.br

desestimando sua capacidade de ler e interpretar o mundo de acordo com suas experiências de pertencimento. No mundo predominantemente ouvinte, os surdos, minoritários em língua, cultura e identidade, não têm voz e tão pouco poder de decisão nos espaços de cidadania locais, desse fato advém a necessidade de conhecimento a cerca da identidade surda e dos movimentos que mobilizam sua comunidade à ação.

METODOLOGIA

A análise da pesquisa acontece de acordo com as perspectivas direcionadas a identidade e educação de surdos, nas quais observamos alguns fatos importantes no processo histórico da comunidade surda, tais como os percursos de sua alfabetização, a necessidade de reconhecimento e uso das línguas de sinais e as diferenças culturais entre surdos e ouvintes (FERNANDES, 2011). Para compreender a imprescindibilidade das comunidades e associações de surdos nos amparamos em considerações sobre movimentos sociais, formação de comunidades e empoderamento (GOHN, 2011) e por fim, contextualizamos as informações obtidas de acordo com a aplicabilidade registrada nos movimentos surdos (KLEIN, 2010).

A realização da pesquisa considera os processos históricos registrados nos quais a comunidade surda está inserida direta ou indiretamente, empregando como técnicas de investigação a análise bibliográfica e documental, utilizando livros, artigos e documentos como fontes de dados, esses de natureza qualitativa. Quanto aos objetivos a pesquisa tem o fim de proporcionar maior proximidade com o objeto e consequente refinamento das ideias.

IDENTIDADE SURDA E SUA IMPORTÂNCIA

As políticas afirmativas visam, entre outras coisas, proporcionar aos marginalizados, discriminados ou oprimidos participar na construção de suas identidades, oportunizando a tais, crescimento e conhecimento de si próprio. Sobre isso, observamos que as lutas dos surdos atravessaram muitos anos até chegarmos aos dias atuais, onde essas, após movimentos sociais iniciados na década de 90, “impulsionaram a escrita e aprovação da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e do Decreto 5626/05” (LODI, 2013). Falar sobre identidades requer destreza além de reconhecimento da cultura de quem se discute. Isto porque a identidade é fruto das experiências e trocas entre os pares, não é um produto individual e tampouco analisado isoladamente. E quando falamos de uma minoria linguística, inserida num ambiente de língua e cultura majoritária compreende-se, pela análise da identidade, que a aquisição dessa pode ter sofrido com muitos percalços causando uma série de conflitos ou possivelmente falhas nesse processo.

As narrativas mostram que as pessoas com deficiência eram tratadas com desprezo e limitadas no uso de seus direitos, conferindo a parentes e amigos, considerados aptos, tomar as decisões cabíveis a tais. Além disso, em diferentes culturas os deficientes foram considerados incapazes, e eram deixados à margem de todas as possibilidades de participação e vida em comum, eram desprezados e em alguns casos até considerados um peso social, tal conceito era tão forte que o extermínio era considerado uma prática comum (JANNUZZI, 2012). O conceito predominante na época considerou os surdos deficientes, assim como os demais que estavam limitados física ou intelectualmente. Partindo desse juízo, as concepções de surdez experimentaram diversas mudanças, percorrendo desde a visão clínico patológica, referindo-se aos surdos como deficientes, até a visão antropológica, onde se vê a pessoa surda como um ser que utiliza uma linguagem própria, tornando-o diferente. (CAVALCANTE, 2014).

Com base na visão clínico-patológica, a surdez era tratada como doença, e como tal, surgiram tratamentos com o intuito de normalizar os sujeitos. Essa interpretação teve seu auge em 1880, quando, no Congresso de Milão, representantes de vários países decidem por eliminar das escolas o uso e o ensino das línguas de sinais. Considerando o oralismo como o mais eficaz e com base no pressuposto de que as ideias e a razão somente se representam pela língua oral, os surdos foram obrigados a aprender a falar, mesmo que não obtivessem resultados com esse método. Outra consequência resultante dessa decisão foi a retirada dos instrutores surdos das escolas, ou o deslocamento de sua função para atividades onde os mesmos exerceriam pouca ou nenhuma influência na formação dos alunos (FERNANDES, 2011).

Os surdos são considerados uma minoria linguística inserida numa sociedade ouvinte que, pouco ou nada sabe sobre sua forma de comunicação e expressão, gerando resultados insuficientes nas relações pessoais. Tal condição, por sua vez, não permite que o surdo desenvolva de maneira eficaz conceitos pessoais que lhe permitiriam expressar-se frente às questões pertinentes a si próprio. A construção de subjetividades acontece por meio das trocas entre os pares, compondo o conjunto de pensamentos que se materializam na vida cotidiana e, o exercício da língua nas comunidades surdas possibilita a interação e o reconhecimento de sua diferença como o que realmente é, permitindo que ele mesmo decida como sua identidade será exercida além de fornecer condições para que tal escolha seja feita conscientemente.

A significação do sujeito começa a ser produzida desde os primeiros anos, quando se observa que as crianças absorvem e refletem com naturalidade a língua do meio no qual estão inseridas. Pesquisas afirmam que a aquisição e o desenvolvimento da linguagem em crianças ouvintes e surdas passam pelos mesmos percursos de aprendizado, diferenciando-se após o sexto mês onde começam os balbucios (FERNANDES, 2011). Depois desse período, os estímulos dados influenciam diretamente no tipo de formação linguística que elas manifestarão. Nesse ponto, a presença de adultos surdos, usuários da língua de sinais, fornecem para os aprendizes a legitimação no uso de sua língua natural e, por conseguinte, o adulto surdo contribui para que haja o reconhecimento da surdez e a formação do autoconceito (GIAMMELARO; GESUELI; SILVA, 2013).

Levando em conta as diferenças culturais e identitárias, os movimentos surdos pela oficialização da Libras resultaram em 2002 na aprovação da Lei 10.436/2002 que dispõe sobre a Língua de Sinais e na aprovação do Decreto 5626/2005 que regulamenta o uso e a difusão da libras (BRASIL, 2002; BRASIL, 2005). Essas conquistas são marcos de importância para comunidade surda, favorecendo o sentimento de pertencimento e contribuindo para ressignificação da surdez na percepção de surdos e ouvintes. No entanto, tais vitórias não foram suficientes para dar à comunidade surda a legitimidade de sua língua, resultando ainda em dias atuais, na carência de políticas públicas que propiciem a valorização e o uso da libras pelos surdos. Evidência de tal fato, são as muitas ocasiões que, surdos e familiares, têm seu direito negado quando adentram espaços populares e são submetidos ao constrangimento de tentar falar a língua majoritária. Essa coação silenciosa leva muitos surdos a negar sua cultura e sua língua, deixando o movimento político fragilizado diante das diferentes identidades surdas que surgem nesse processo de educação.

A linguagem e toda expressão que dela advém reflete no indivíduo, ademais, pesquisas afirmam que a aquisição da linguagem quando tardia compromete seriamente o desenvolvimento psicossocial da criança, podendo causar danos na maturação cerebral da pessoa (SANTANA, 2004). Embora nem todos os pesquisadores concordem com a existência e as consequências específicas do período de aquisição, as respostas dadas pelos indivíduos

falantes de suas línguas nativas revelam que quanto mais tardia a aprendizagem mais ranhuras serão detectadas na comunicação. E em posse desses fatos e suas consequências a comunidade surda inicia um processo de manifestação a favor do reconhecimento e respeito pela sua identidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As diferenças entre as línguas orais e as línguas de sinais distanciam surdos e ouvintes. A língua de sinais independente de uma comunidade não produz os resultados esperados na vida de um surdo, mas a ausência dela afasta o surdo de seus pares e dos ouvintes (SANTANA; BERGAMO, 2005) Isso ocorre porque para que a aquisição da língua portuguesa como segunda língua aconteça de forma eficaz o surdo precisa ter potencializado a sua base de transformação, que se dá com o aporte do desenvolvimento linguístico de sua primeira língua, no caso a libras. A não utilização da língua de sinais e a ineficiência de sua comunicação o deixam mergulhados no isolamento social. Descaracterizados e incompreendidos eles são induzidos a associar-se com os mais próximos demograficamente.

Ainda que a variedade de culturas e etnias contribuam para o autoconhecimento, quando falamos de surdez, as questões pertinentes a eles não dizem respeito apenas à língua, mas a todo conjunto de cultura e representação, bem como de conhecimento e recorte do mundo interferindo em como eles se relacionarão com a maioria linguística e especialmente na identificação de si mesmo.

Embora exista leis que garantam o reconhecimento da Libras, as políticas de inclusão bem como a garantia do acesso a sua língua natural não aconteceu simultaneamente, e em muitas escolas ainda se observa a violência dirigida aos surdos por colocá-los num ambiente, num lugar marcado, mas sem condições nenhuma de aprender (GOÉS; LAPLANE, 2007). Após anos de trabalho, os movimentos surdos obtiveram conquistas importantes mas ainda não conseguiram efetivar o uso e a disseminação da língua de sinais, especialmente em cidades do interior dos estados, onde as políticas de acesso a escolarização dos alunos públicos-alvos da educação especial quase não é aplicada. Nesses lugares, observamos que os surdos dificilmente conhecem o instrutor surdo de libras, tão necessário para a criança, pois o adulto surdo, usuário da libras, especialmente como instrutor, legitima a função da língua, confere autoridade, relevância e prestígio aos seus pares (GIAMMELARO; GESUELI; SILVA, 2013) É importante ressaltar que a escola é o primeiro lugar onde as pessoas surdas deverão encontrar seus semelhantes, se desenvolver, obter conhecimento e trocar experiências.

Certificados de sua surdez desde os primeiros anos, as crianças se tornam adultos falantes de sua língua, incluídos em todo processo político que os colocam como participantes de uma decisão. Eles passam de simples receptores a produtores, atores sociais com potencial significativo para geração de conhecimento e representação social. A identidade definida não limita as possibilidades de interação com os ouvintes, mas na verdade maximiza as trocas e as relações entre as duas culturas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Empoderamento significa ter poder sobre algo, uma autoconsciência capaz de produzir a emancipação individual e coletiva, tornando o sujeito protagonista de sua história. Quando tratamos de identidade surda é isso que se almeja, ver surdos, independentes, atuantes e verdadeiros atores sociais. E alguns acontecimentos têm mostrado o potencial transformador das políticas quando os próprios agem em razão de sua causa, a exemplo vemos conquistas

tais como a vitória de uma chapa formada somente por surdos contra a predominância ouvinte na antiga FENEIDA (Federação Nacional de Educação e Integração de Deficientes Auditivos) e a posterior mudança de seu nome para FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos), como nos diz Klein (2001, p. 06):

Em 1983, um grupo de surdos organiza uma Comissão de Luta pelos Direitos dos Surdos, desenvolvendo um trabalho importante nessa área. O grupo ganha força e legitimidade ao reivindicar, junto à FENEIDA, espaço para seu trabalho, o que foi negado naquele momento. Ao formar uma chapa, o grupo de surdos é vencedor nas eleições para diretoria da entidade, sendo que o primeiro passo foi a reestruturação do Estatuto da entidade, que passou a ser denominada Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. Essa mudança foi muito significativa, pois não se referiu apenas a uma troca de nomes, mas a busca de uma nova perspectiva de trabalho e de olhar sobre os surdos.

Além disso, temos a criação do documento “A educação que nós surdos queremos”, as leis de reconhecimento da Libras, Lei 10.436/2002 e o Decreto 5626/2005. As ações que culminaram nessas conquistas exigiram comprometimento social e individual nas perspectivas que os sujeitos almejavam alcançar e partiram de uma base local que deixou os envolvidos ativos e determinados a mudar os paradigmas de sua participação na sociedade. Embora as mudanças sejam insuficientes em consideração ao contexto histórico, observamos que as expectativas com relação ao futuro da educação, as políticas públicas e o reconhecimento social dado aos surdos avançaram, oferecendo a tais possibilidades de construção e legitimação de seu futuro, traçando em próprio punho a representação de seu povo e de seus interesses e necessitando de constantes pesquisas.

Palavras-chave: Identidade surda; Empoderamento; Movimentos Surdos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto Federal nº 5626 de 22 de dezembro de 2005.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em: 10 de agosto de 2018.

BRASIL. **Lei Federal nº 10.436 de 24 de abril de 2002:** Lei de Libras. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm>. Acesso em 30 de agosto de 2018.

CAVALCANTE, P. F. Questões identitárias da pessoa surda e seus direitos. **Espaço Aberto.** Rio de Janeiro, n. 41, p. 10- 20, janeiro/junho 2014.

FERNANDES, S. **Educação de surdos.** 2. Ed. Curitiba: Ibpex, 2011.

GIAMMELARO, C. N. F.; GESUELI, Z. M.; SILVA, I. R. A relação sujeito/ linguagem na construção da identidade surda. **Educação Social.** Campinas, v. 34,n. 123,p.509-527, abril/junho 2013. Disponível em www.cedes.unicamp.br. Acesso em: 22 de maio de 2019.

GOÊS, M. C. R; LAPLANE, A. L. F. (Org.) **Políticas e práticas de educação inclusiva.** Campinas: Autores Associados, 2007, 3 ed.

GOHN, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 16, n 47, p. 333 -361, maio- agosto 2011.

GOHN, M. G. Empoderamento e participação da sociedade em políticas sociais. Saúde e sociedade. **Saúde e sociedade**. São Paulo, v. 13, n. 02, p. 20 – 31, maio-agosto 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902004000200003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em : 31 de janeiro de 2019

JANNUZZI, G. S. M. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. 3 Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

KLEIN, M. Diversidade e igualdade de oportunidades: estratégia de normalização dos movimentos sociais surdos. *In* Reunião Anual da Anped, 27, 2004, Caxambu. **[Anais]**. Caxambu, 2004. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes-cientificas/nacional>. Acesso em 28 de março de 2019.

KLEIN, M. Movimentos surdos e os discursos sobre surdez, educação e trabalho: a constituição do surdo trabalhador. *In* Reunião Anual da Anped, 24, 2001, Caxambu. **[Anais]**. Caxambu, 2001. Disponível em: <http://24reuniao.anped.org.br/tp.htm#gt3>. Acesso em: 01 março 2019.

KLEIN, M; THOMA, A. S. Experiências Educacionais, movimentos e lutas surdas como condições de possibilidades para uma educação de surdos no Brasil. **Cadernos de Educação**. Pelotas, v. 36, p. 107-131, maio/agosto de 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/1603>. Acesso em: 25 de janeiro de 2019.

LODI, A. C. B. Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão e do Decreto 5626/05. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 39, n.01, p. 49-63, janeiro/ março de 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S151797022013000100004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 13 de novembro de 2018.

SANTANA, A. P. Idade crítica para aquisição da linguagem. **Distúrbios da comunicação**. São Paulo, v. 16, n. 03, p. 343-354, dezembro, 2004. Disponível em: revistas.pucsp.br/index.php/dic/article/view/11670. Acesso em 05 de abril de 2019.

SANTANA, A. P.; BERGAMO, A. Cultura e identidades surdas: Encruzilhada de lutas sociais e teóricas. **Educação Social**. Campinas, vol. 26, n.91, p. 565-582, Maio/ Agosto, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a13v2691.pdf>. Acesso em : 06 de maio de 2019.

SKLIAR, C. Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. *In*: SKLIAR, C. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.